

Materialidade feminina em disputa: usos da ciência e o estatuto da verdade na reivindicação da imutabilidade do sexo e do gênero em campanhas digitais

*Luis Phillippe Nagem Lopes*¹

*Júlia Freire de Alencastro*²

*Elaine Reis Brandão*³

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Neste trabalho, destacamos perfis digitais vinculados ao Movimento Infância Plena, tecendo reflexões etnográficas sobre a materialidade feminina em disputa, os usos da ciência e o estatuto da verdade a partir dos quais os ativismos anti-trans e antigênero têm se mobilizado para fortalecer argumentos que reiteram a imutabilidade do sexo. O objetivo proposto é problematizar o recurso à ciência na consolidação de discursos negacionistas sobre o gênero e suas transições em espaços digitais, reafirmando a norma binária de sexo/gênero e concepções essencialistas do que seja uma “mulher”.

Palavras-chave: ativismos antigênero; ciência; redes sociais; negacionismos de gênero.

¹ Doutorando em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

² Doutoranda em Saúde Coletiva no Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ).

³ Professora titular do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ).

Female materiality in dispute: uses of science and the status of truth in claims of the immutability of sex and gender in digital campaigns

Abstract: In this paper, we highlight digital profiles linked to the Infância Plena Movement, weaving ethnographic reflections on the contested materiality of femininity, the uses of science, and the status of truth through which antitrans and anti-gender activism have mobilized to strengthen arguments that reiterate the immutability of sex. The proposed objective is to problematize the appeal to science in the consolidation of denialist discourses about gender and its transitions in digital spaces, reaffirming the binary sex/gender norm and essentialist conceptions of what it means to be a “woman.”

Keywords: antigender activism; science; social media; gender denialism.

Materialidad femenina en disputa: usos de la ciencia y el estatuto de la verdad en la reivindicación de la inmutabilidad del sexo y el género en campañas digitales

Resumen: En este trabajo destacamos perfiles digitales vinculados al Movimiento Infancia Plena, tejiendo reflexiones etnográficas sobre la materialidad femenina en disputa, los usos de la ciencia y el estatuto de la verdad a partir de los cuales los activismos antitrans y antigénero se han movilizad para fortalecer argumentos que reiteran la inmutabilidad del sexo. El objetivo propuesto es problematizar el recurso a la ciencia en la consolidación de discursos negacionistas sobre el género y sus transiciones en espacios digitales, reafirmando la norma binaria sexo/género y concepciones esencialistas de lo que significa ser una “mujer”.

Palabras clave: activismos antigénero; ciencia; redes sociales; negacionismos de género.

Em termos médico-científicos, sexo é um conceito concreto, biológico, baseado nos cromossomos. O sexo feminino é "XX", e o sexo masculino é "XY". No "Y" do homem, há o gene "SRY". Já na concepção, o feto vai sendo masculinizado na sua estrutura óssea, na sua musculatura, no seu cérebro. Por isso, existem essas diferenças entre homem e mulher, por causa desse gene. O gênero é um conceito subjetivo. Ocorre quando a criança, lá pelos 2 anos, 3 anos, toma consciência de que existem diferenças anatômicas e de papéis entre os homens e as mulheres, preferências, e ela se identifica com um grupo. Esse conceito está baseado na questão biológica. (Akemi Shiba na audiência pública Infância Plena: consequências, riscos, ajustamentos e intervenções, 2023)

Com essas palavras, Akemi Shiba, médica psiquiatra infantil, fez sua exposição acerca das diferenças entre sexo e gênero em audiência pública organizada pelo Movimento Infância Plena⁴, em 2023. Esse movimento integra um conjunto mais amplo e transnacional de grupos ativistas autodefinidos como “críticos do gênero”, que são mais visíveis na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália e de formas distintas nos países latino-americanos (CORRÊA e RODRIGUES, 2023). Recentemente, analisamos como a ciência foi utilizada para justificar ataques às vivências trans, sob o pretexto de uma suposta “proteção à infância” (LOPES e BRANDÃO, 2024).

O Movimento Infância Plena surgiu no início do terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em um contexto de crescente mobilização em torno dos direitos de crianças e adolescentes trans no Brasil. Formado por um grupo de mães e profissionais, o movimento se apresenta como uma iniciativa voltada à “proteção integral da infância”, posicionando-se contra o que considera uma ampliação indevida das possibilidades de transição de gênero entre crianças e adolescentes. Sua idealizadora, a psicóloga Celina Luci Lazzari, afirma que o movimento visa oferecer “argumentos para contrapor à ideologia de gênero” e defender a “inocência” das crianças, entendidas como ainda incapazes de discernir sobre identidade sexual.

Desde sua criação, o Movimento Infância Plena tem buscado espaço nos meios legislativo e institucional, promovendo ações que questionam normativas e diretrizes voltadas à atenção a crianças e adolescentes trans. Um exemplo foi o envio de um ofício ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), questionando a concepção de infância adotada pelo órgão e solicitando maior alinhamento com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em junho de 2023, o movimento também participou da organização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, promovida pela deputada Franciane Bayer (Republicanos/RS), com o objetivo de debater o tema da transgeneridade na infância. Ainda que os conselhos profissionais de Psicologia e Medicina não tenham comparecido à audiência, o que foi criticado pelo movimento, a iniciativa evidencia o esforço do Infância Plena de influenciar políticas públicas e normativas profissionais. O movimento mantém relação com outras iniciativas alinhadas a essa agenda, como a campanha No Corpo Certo, a MATRIA e o Instituto Mila, que também atuam na disseminação de discursos contrários às políticas de reconhecimento de identidades trans na infância.

⁴ Site oficial do movimento: <https://movinfanciaplenu.wixsite.com/infancia-plena>

Nesta análise, nossa atenção se dirige às mobilizações desse movimento nas mídias sociais, considerando uma ecologia mais ampla de perfis que se articulam em torno das supostas ameaças da “ideologia de gênero” e da necessidade de “proteção à infância”. Nosso foco está na forma com que as ofensivas dos ativismos digitais antigênero têm reivindicado a estabilidade da categoria “mulher”, fixando-a como uma instância biologicamente determinada, essencialista, universalizada e a-histórica. Logo, o objetivo deste artigo é problematizar o recurso à ciência para consolidar os discursos dos negacionismos de gênero e suas transições em espaços digitais, reafirmando a norma binária de sexo/gênero e as concepções essencialistas do que seja uma “mulher”.

Reside aqui uma articulação estratégica desses ativismos digitais aos chamados feminismos essencialistas e transexcludentes,⁵ bem como a expansão global das políticas das novas direitas. Essas interconexões se fundem, sobretudo nos discursos que buscam restaurar a “verdadeira natureza das mulheres”, ancorada no determinismo biológico (CORRÊA e RODRIGUES, 2023). Apesar de estarem aparentemente em posições políticas distintas, as vertentes feministas transfóbicas e o pós-fascismo encontram afiliações na disputa pela categoria naturalizante da mulher, aspecto que vem sendo discutido criticamente desde o século XX no campo dos estudos do gênero e da teoria queer. No âmago dessas discussões, situa-se também certas interpretações de que o sexo é uma verdade imutável, e o gênero, por outro lado, é ideológico, culturalmente construído, logo, falso. Esses grupos operam a partir da negação do gênero (PRECIADO, 2023a). Essas concepções, também defendidas pela extrema direita, sobretudo no discurso de preservação da família e da proteção das crianças e da mulher, utilizam como recurso discursivo e performático a imutabilidade da natureza que desemboca na fixação de papéis de gênero baseados em concepções corporais do humano (BUTLER, 2024).

Não é recente os usos da ciência como estratégia política sobre corpos subalternizados, sobretudo nas discussões envolvendo gênero e sexualidade (PRECIADO, 2023b). No Brasil, temos observado substanciais relações entre a extrema direita, as mídias sociais e o conhecimento científico, sobretudo no período de pandemia da Covid-19, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (DUARTE e ALVAREZ, 2024). Isso nos faz refletir sobre as possibilidades de pensar esses entrelaçamentos ao considerar que grupos associados aos negacionismos podem não negar deliberadamente a ciência, mas utilizar suas dinâmicas de produção de verdades como ferramentas retóricas estratégicas. Diante disso, nossa aposta é de que a negação do gênero orquestrada por uma lógica de determinismo biológico, não nega a ciência nem os fatos científicos diretamente, “mas sim determinadas práticas e enunciados dos quais se duvida que sejam verdadeiramente científicos” (COSTA, 2021: 307).

Para este artigo, o material empírico utilizado consistiu no compartilhamento de informações nos *stories* de diferentes perfis vinculados ao Movimento Infância Plena. Também utilizamos fragmentos das notas taquigráficas da audiência pública mencionada (LOPES e BRANDÃO, 2024). A partir de uma perspectiva sociotécnica, concentramos nossa análise nos agenciamentos humanos e não humanos que as plataformas congregam, levando em consideração as instâncias maquínicas e cibernéticas que o ambiente digital propicia. Seguindo as premissas de Cesarino (2021), podemos perceber que a eficácia social das novas mídias na internet é emergente, híbrida e performativa, pois a plataformação, mediada

⁵ Uma importante genealogia pode ser encontrada em um dos relatórios produzidos pelo Observatório de Sexualidade e Política, a partir do webinar “Feminismos essencialistas: um desafio para a luta antipatriarcal” (GARBAJAL, 2023).

por realidades digitalmente construídas, passa por uma arquitetura que toma os usuários individuais como ambiente, mobilizando outra agência cibernética: a dos sistemas algorítmicos. Pensar as agências maquínicas implica considerar os entrelaçamentos e associações entre humanos e mediações técnicas⁶, sem cair em generalizações que atribuem supremacia à máquina sobre os sujeitos, mas também sem reduzir o uso das mídias exclusivamente às ações humanas.

Em diálogo com Ribeiro (2024), propomos seguir os fatos, ou seja, “seguir os links”, a partir do fluxo de acontecimentos e mediações que ocorrem nos *stories* do Instagram. Essa premissa teórico-metodológica, inspirada em Bruno Latour e na teoria ator-rede, visa uma possibilidade socioantropológica que evita o excepcionalismo etnográfico (CESARINO, 2021), mas que ao mesmo tempo aproveita o que há de melhor desse processo, ou seja, o caráter relacional, intrínseco à etnografia (RIBEIRO, 2024). Registramos diários de campo dos perfis analisados no Instagram e gravamos os *stories* por meio da ferramenta de captura de tela do celular⁷. Quanto às publicações, utilizamos o mecanismo de salvamento do Instagram, criando uma pasta específica no perfil pessoal do primeiro autor para arquivamento do material. Selecionamos alguns desses *stories* e publicações que mencionam as premissas desses movimentos sobre o estatuto do corpo feminino, com o intuito de problematizarmos tais concepções. Desde maio de 2024, reunimos 1.629 capturas de tela (prints) de *stories* de diferentes perfis vinculados ao Movimento Infância Plena, além de 36 vídeos e 1.200 postagens salvas no Instagram. Neste artigo, apresentamos uma análise aprofundada de 12 *stories* selecionados por sua relevância empírica ao objeto proposto.

A pesquisa em ambientes digitais exige uma constante negociação entre a observação participante e os modos de visibilidade impostos pelas plataformas. No contexto deste estudo, os agenciamentos entre humanos e não humanos, em especial, os algoritmos das redes sociais, foram determinantes para a construção do trabalho de campo. Para que os conteúdos dos perfis analisados fossem entregues de maneira sistemática, tornou-se necessário seguir, curtir e salvar publicações desses perfis, estabelecendo interações com a lógica algorítmica da plataforma. Essa prática, no entanto, envolveu implicações éticas importantes. O primeiro autor, um homem gay e em aliança com as pautas do movimento LGBTQIAPN+, utilizou seu perfil pessoal para interagir com os conteúdos, o que implicou o risco de associação pública a discursos e posicionamentos disseminados por páginas alinhadas a perspectivas antigênero. Essa exposição impôs dilemas éticos e desconfortos no próprio conteúdo acessado nesses perfis ao longo do processo etnográfico. Esses impasses evidenciam como a mediação tecnológica não é neutra e como a entrada em campo, no contexto das redes sociais, demanda formas de implicação que tensionam a própria posicionalidade do(a) pesquisador(a).

Como escolha ético-política, optamos por não reproduzir diretamente, no corpo do artigo, discursos transfóbicos que incitem à violência, ainda que esses conteúdos integrem o material empírico coletado. Quando tais dados foram mobilizados na análise, foram sempre acompanhados de uma leitura crítica que buscou desnaturalizar seus sentidos e contextualizar seus efeitos. Essa decisão metodológica decorre do entendimento de que a reprodução literal de determinados discursos pode contribuir para sua circulação e normalização, mesmo quando o objetivo é criticá-los. Ao longo do processo analítico, vivenciamos uma constante

⁶ Os desafios éticos e reflexivos impostos a pesquisas com grupos antigênero nas redes sociais nos colocam impasses para acessar o conteúdo desses perfis, sendo necessário negociar com os algoritmos a entrega de postagens e *stories*.

⁷ Os *stories* têm uma duração de apenas 24 horas. Tal efemeridade é uma estratégia para incentivar os usuários a retornarem ao aplicativo e não perderem nenhuma publicação, o que aumenta o tempo de tela e, conseqüentemente, a produção de dados (LEAVER, HIGHFIELD e ABIDIN, 2020).

tensão na tentativa de levar a sério, do ponto de vista antropológico, os discursos desses interlocutores, buscando descrever seus valores, crenças e cosmovisões como ferramentas políticas, ainda que muitas vezes em completo desacordo com os princípios que orientam nossa prática de pesquisa.

Essas escolhas, ainda não totalmente resolvidas no campo antropológico e nesta pesquisa, se inscrevem em debates contemporâneos sobre os desafios ético-políticos de pesquisas com grupos de extrema direita, antigênero e negacionistas nas redes sociais. Inspiramo-nos nas contribuições de autoras e autores que têm refletido sobre os limites e responsabilidades da etnografia diante de discursos que produzem violência (SACRAMENTO, FALCÃO e MONARI, 2024; ALMEIDA, 2023; HATZIKIDI, 2025). Nesse contexto, não se trata apenas de descrever, mas de refletir criticamente sobre os efeitos da própria descrição e sobre o lugar de pesquisador(a) em um campo marcado por disputas morais, epistêmicas e políticas.

O artigo está assim organizado: na próxima seção discutimos o percurso etnográfico partindo do “Movimento Infância Plena” e a identificação de outros perfis mediante o exercício teórico-metodológico de “seguir o link”. Na seção seguinte, destacaremos o aparecimento das discussões sobre sexo, gênero e o determinismo biológico em torno da figura “mulher”. Nesse tópico, refletimos sobre a categoria da mulher que esses grupos tentam estabilizar e as formas discursivas que reiteram dinâmicas transfóbicas e cisheteronormativas. Por fim, na última seção, nos aprofundamos no perfil de NB⁸ pesquisadora que produz boa parte do material compartilhado pelo “Movimento Infância Plena” e suas tentativas de esvaziamento da dimensão social que há na ciência, como forma de rechaçar o gênero a uma inverdade. Por fim, discutimos os entrelaçamentos entre esses discursos deterministas, o estatuto e a disputa pela verdade nesses movimentos.

Estratégias discursivas nos ativismos digitais antigênero

Pesquisadora/es de todo o mundo têm se dedicado a pensar os efeitos da plataformação e da digitalização da vida, seja a partir do manejo desigual de dados digitais com a noção de “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2021), ou, ainda mais específico para nosso campo de pesquisa, um tipo de “vigilância digital sobre as sexualidades dissidentes”, cuja intenção é descrever como a operação algorítmica produzida a partir de ambientes digitalizados reconfigura modos de controle e gestão de identidades, inclusive de gênero (SAN MARTÍN, 2025: 1). Nesse sentido, as plataformas digitais impactam particularmente a operação dos dispositivos de sexualidade e racialidade (FOUCAULT, 1979; CARNEIRO, 2023) no contexto do Sul Global, no qual pessoas racializadas e dissidentes de gênero enfrentam desafios e ameaças acentuadas (PELÚCIO, IRINEU e SILVA, 2025; SILVA, 2021).

Quando comecei⁹ a acompanhar etnograficamente o Movimento Infância Plena, em 2023, meu interesse estava voltado para o conteúdo disseminado pelo seu perfil do Instagram e site. Esse perfil me intrigou pela centralidade da criança nos discursos que preconcebiam uma ideia de infância a ser protegida e, consequentemente, obliterava diversos medos e narrativas alarmantes em torno dessa população. Além disso, o engajamento na arena pública também me surpreendia,

⁸ A opção de anonimizar a influenciadora digital cumpre uma estratégia ético-política de não outorgar audiência e de dificultar futuras apropriações do conteúdo aqui trazido pela mesma.

⁹ O texto oscilará entre a primeira pessoa do singular quando estiver se referindo à pesquisa de campo do primeiro autor; e a primeira pessoa do plural, quando se referir às reflexões coletivas junto às autoras.

uma vez que, a partir do Instagram, o movimento arregimentou diversas iniciativas como a audiência pública citada e um ofício ao Conselho Nacional da Criança e do Adolescente denunciando ambulatorios públicos de saúde da população trans que estavam, supostamente, realizando intervenções de redesignação sexual em crianças. Na arena política, o movimento articulou um denso diálogo com deputados federais eleitos para o mandato de 2023-2027, bem como uma moção de repúdio ao Conselho Nacional de Direitos Humanos por uma manifestação publicada em apoio às organizações, famílias, crianças e adolescentes que não atendem às expectativas sociais de gênero.

À medida que me aprofundava na análise do perfil do Movimento Infância Plena no Instagram, percebi a ramificação desses discursos a partir de outros perfis que a ele se alinhavam por meio do compartilhamento de informações, principalmente nos *stories*. Assim, identifiquei novos atores com maior visibilidade e maior número de seguidores no Instagram, mas que se articulavam de forma bastante semelhante. Esses grupos se retroalimentavam por meio de conteúdos disseminados e, à medida que uma nova “denúncia” surgia, era automática e simultaneamente compartilhada nos *stories*.

No Instagram, a conexão a outros perfis e plataformas é fácil e, geralmente, vem acompanhada por um enunciado que faz menção a “seguir o link” em direção a um outro espaço. Essa tem sido uma ação estratégica do Movimento Infância Plena de reunir e disseminar os mais diversos conteúdos com as mais variadas linguagens e tempo, a partir dos *stories*. Entre os conteúdos compartilhados, encontram-se links que direcionam para outras plataformas, como YouTube, além de sites com ampla disseminação de textos, petições no formato de vaquinhas coletivas, notícias sensacionalistas sobre a discussão do uso de banheiros públicos, referências bibliográficas consideradas como “críticas de gênero” e até mesmo a venda de cursos sobre o tema, sinalizando o caráter pedagógico desses grupos (CESARINO, 2019).

Carolina Parreiras (2024), em suas reflexões sobre o WhatsApp, chamou esse processo de ecossistema de plataformas. Segundo a autora, essas plataformas se organizam com base no tráfego de dados, sua principal mercadoria, possibilitando conexões mediadas por uma “arquitetura algorítmica”. Quando interconectadas, essas diferentes plataformas formam um “ecossistema de plataformas”, aspecto fundamental para sua subsistência. Ana Di Franco (2023), ao analisar os discursos da extrema-direita no Telegram, também observou a movimentação de um ecossistema de plataformas em sua pesquisa. Segundo a autora, as plataformas representam uma porta de entrada estratégica para a divulgação de textos, imagens, vídeos e links que direcionam para outras plataformas. Isso amplia o público que acessa as informações compartilhadas e diversifica as formas de disseminação desses materiais que podem ser distintas, a depender do público e do perfil da plataforma.

A partir dessa estratégia de “seguir o link”, encontrei a pesquisadora Aline Borges, conhecida no Instagram como NB. Ela é constantemente referenciada pelo Movimento Infância Plena como “uma fonte de informações confiáveis”. Aliás, seus materiais incluem vídeos, postagens e textos a fim de “orientar a população”. Em geral, esses materiais são classificados como “leituras críticas do gênero”, ou simplesmente “bibliografia” e recebidos pelos seguidores como “conteúdos de grande qualidade”, “grandes ensinamentos” e “excelente explanação”.

Além desse amplo e rizomático “ecossistema de plataformas”, esses perfis obliteram actantes aparentemente heterogêneos, como a pedofilia, o uso de bloqueadores hormonais em crianças, a intersexualidade, os banheiros públicos e os

acampamentos de escoteiros¹⁰, entre outros, geralmente promovendo pânicos morais¹¹. Esses perfis conseguem coexistir com diversas pautas feministas, ao mesmo tempo em que arregimentam uma ofensiva antitrans em nome da defesa e proteção das crianças e das mulheres. É comum que utilizem a gramática e a linguagem dos direitos humanos, sobretudo os direitos das mulheres e das crianças, para justificar suas pautas reacionárias e conservadoras (BRITO e REIS, 2024).

Nos últimos seis meses, esses perfis têm disputado politicamente a categoria “mulher”, negando tal designação a mulheres trans. Em maio de 2024, o Movimento Infância Plena publicou nos *stories* de seu Instagram um fragmento do perfil da pesquisadora citada: “Um homem brasileiro se colocou no lugar de uma ‘mulher trans’ (vulgo ‘outro homem’)”. O comentário dela fazia referência ao livro *Translúcida*, organizado por Sebastião Reis Júnior, que visa levantar o debate sobre direitos humanos, identidade de gênero e pessoas privadas de liberdade. Em seu post sobre o livro, NB reagiu: “Nunca vi os comovidos com mulheres detentas, tampouco com as vítimas dessas pessoas”. Repostando sua publicação, o Movimento Infância Plena reforça: “Por que será que esses homens têm tanta vontade de reverenciar criminosos do sexo masculino que se fantasiam de mulher?”

Após essa postagem, novas publicações seguiram o mesmo padrão, remodelando a imagem de mulheres trans como “homens vestidos de mulher” ou “mulheres com gametas masculinos”. Frequentemente, a influenciadora digital se refere a mulheres trans como “homens misóginos”, “homens autoginéfilos”, “homens que se autodeclaram mulheres” e à transexualidade em si, costuma referir-se como “transgenerismo”. Em geral, essas argumentações partem da premissa de que o sexo é biológico e, por ser um “fato científico”, deve ser o único critério considerado, em detrimento das “construções sociais de gênero”. Como uma categoria acusatória, esses perfis interpretam as pautas e os direitos de pessoas trans como um projeto negacionista, que “nega a realidade sexual de meninas e meninos”. Debruçamo-nos então sobre tais discursos transfóbicos, que mobilizam a ciência para reificar o sexo como uma instância biológica e imutável e recolocam a categoria da mulher como universal e essencializada.

Rosana Castro (2024), ao discutir a temporalidade nos discursos e práticas negacionistas do governo brasileiro durante a pandemia da COVID-19, ressalta que as abordagens dos estudos sociais da ciência contribuem para uma análise crítica das práticas e dos grupos negacionistas. Assim, privilegiamos tais premissas teórico-metodológicas para analisar as ofensivas antitrans e suas mobilizações nas mídias sociais. Trata-se de um esforço de não partir da categoria “negacionismo” como uma instância pré-definida, mas privilegiando uma “compreensão crítica das múltiplas estratégias, práticas e discursos desenvolvidos por grupos e instituições que se recusam ativamente a reconhecer recomendações específicas baseadas na ciência” (CASTRO, 2024: 3).

Quando escrevíamos esse texto, nos deparamos com inúmeras iniciativas recentes no cenário internacional e nacional na direção da negação e invalidação do gênero e suas transições, reafirmando assim o sexo biológico como único marcador social a ser aceito institucionalmente. Referimo-nos aqui a atos administrativos do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, com corte de

¹⁰ A União de Escoteiros do Brasil emitiu, em dezembro de 2024, uma nota acerca da organização dos espaços públicos, todos supervisionados por pessoas adultas, a partir da identidade de gênero, não mais pelo sexo biológico.

¹¹ Stanley Cohen (2011) menciona as reações emocionalmente exageradas que geram grandes repercussões por ameaçarem a ordem social e moral, devido a mudanças sociais. O autor ressalta que os pânicos morais são amplificados pelas mídias e geram um constante cenário de crise e instabilidade na área pública e política.

recursos a programas federais relacionados à diversidade; realocação de mulheres trans que cumprem pena em penitenciárias para homens (WENDLING e EPS-TEIN, 2025); publicação da “política oficial dos EUA”, a qual reconhece somente dois sexos, sob o pretexto de estarem “defendendo as mulheres do extremismo da ideologia de gênero e restaurando a verdade biológica ao governo federal” (NATIONAL ARCHIVES, 2025). Ainda em 2025, a Suprema Corte do Reino Unido deliberou, por unanimidade, que as estruturas legais existentes para proteção das “mulheres” passassem a considerar exclusivamente a composição biológica delas (COCHRANE, 2025). No Brasil, o Conselho Federal de Medicina publicou nova resolução impedindo o uso de “bloqueadores de puberdade” em crianças e adolescentes, aumentando para 18 anos a idade mínima para início de terapias hormonais, bem como os 21 anos para os procedimentos cirúrgicos (CFM, 2025).

Seja porque os conteúdos dos perfis estudados se fortaleceram enormemente com o arcabouço das redes sociais; seja pelas medidas mais recentes que fragilizam as políticas de checagem, as situações supramencionadas estabelecem uma conexão nítida. O que essas situações têm em comum, além de vulnerabilizar ainda mais as existências das populações trans ao redor do mundo, é o fato de terem sido oportunizadas pelas plataformas digitais, a partir de um modelo de negócios. No entanto, por razões de limitações neste trabalho, nosso foco será mantido nos perfis eleitos.

“O sexo é imutável”: oposição política *versus* ciência, gênero *versus* sexo

Na audiência pública que discutiu procedimentos de redesignação sexual e questões relacionadas à infância, Rafael Sanzio Amaral, jornalista e autor do livro *Ideologia de Gênero e a Ilusão do Corpo Equivocado* (2023), declarou, como especialista convidado, que os serviços oferecidos por Organizações Não Governamentais e os cuidados direcionados a crianças gênero-dissidentes representam uma “insanidade”. Utilizando “evidências científicas”, o especialista mobiliza a noção de sexo biológico como justificativa para rejeitar as discussões sobre gênero, apresentando-as como uma distinção entre o “falso” e o “verdadeiro”, e entre o “ativismo” e a “ciência”.

Primeiro, eu estou impressionado com o disparate do uso da expressão “sexo atribuído no nascimento”. Sexo não é atribuído no nascimento, o sexo é estabelecido na concepção e é conhecido no nascimento ou através de exames. Profissionais militantes do movimento trans dizem que afirmações como essas são baseadas na ciência. Isso é falso; trata-se puramente de teorias de gênero já desmascaradas no passado, que servem apenas para trazer dor e destruição aos indivíduos e sua família. (Rafael Sanzio, Audiência pública “Infância plena: consequências, riscos, ajustamentos e intervenções”, 2023)

Sanzio reduz as teorias de gênero ao campo da falsidade, enquanto afirma o sexo como uma concepção fundamentada na ciência. Ao negar o gênero, Rafael Sanzio coloca em disputa os conceitos de natureza e cultura, ciência e política. Para ele, o sexo, sendo fixo e biológico, é um fato científico, uma natureza dada; enquanto o gênero, associado aos “militantes” e “ativistas”, pertence ao espectro da cultura, ou seja, ao campo do ideológico. Como relata Costa (2021), essa descrença ou negação parte da premissa de uma confiança em uma ciência neutra e desinteressada, que estaria em oposição à política, sempre parcial e engajada. Ciência e política se apresentam como dicotômicas, e as vivências trans, para esses movimentos, escapam daquilo que poderia ser concebido como realidade. Para

esses especialistas, trata-se do que é ideológico, diferente do que é real, do que é imutável. Nesse cenário, a identidade trans é contestada com base na ideia de que o sexo é real, enquanto o gênero é falso ou artificial (BUTLER, 2024). Essa separação é novamente apresentada por Eugênia Rodrigues, jornalista e porta voz da campanha “No corpo certo”¹², que também participou da audiência pública:

A grande verdade é que/a transgeneridade é, sim, uma ideologia. Nada dessas muitas palavras ditas diversas vezes dos ativistas, dos apoiadores, dos médicos, nada disso está falando de algo real. A disforia existe, mas a transição de sexo não existe. O sexo é imutável. (Eugênia Rodrigues, Audiência pública “Infância plena: consequências, riscos, ajustamentos e intervenções”, 2023)

Eugênia Rodrigues, além de contrapor sexo e gênero, aloca a transgeneridade no campo da patologia. Para ela, a disforia de gênero, enquanto transtorno mental, é uma realidade; por outro lado, o direito à afirmação do próprio sexo, independentemente de ser ou não o designado ao nascimento, é inconcebível. Eugênia confere às autoridades médicas e psiquiátricas o poder de definir o que existe ou não. Nesses discursos, a ciência não é contestada diretamente, mas articulada para a negação do gênero, enquanto legitima o sexo biológico, mesmo que isso envolva a adoção de uma narrativa médica de patologização. Nesse contexto, a rejeição à ciência ou aos consensos científicos torna-se seletiva, sendo “pareada com um ceticismo (...) em favor de uma ciência genuína” (LYNCH, 2020: 51). Rafael Sanzio e Eugênia Rodrigues reivindicam suas credenciais científicas com base em um ceticismo ligado à pretensa neutralidade e objetividade de certos campos acadêmicos, utilizando tais estratégias para refutar as teorias de gênero, que, segundo eles, seriam ideológicas e militantes.

O perfil “Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil” (MATRIA), que faz parte desse ecossistema de perfis vinculados ao Movimento Infância Plena, também utiliza o pretexto da “proteção à infância” para se opor aos ativismos trans ou, mais precisamente, para promover um ativismo antitrans. Esse perfil lançou o relatório “*Falsas afirmações sobre a população autodeclarada trans no Brasil*” (MATRIA, 2024), no qual questiona os esforços dos movimentos sociais para a elaboração de dados sobre violências e assassinatos de pessoas trans no país, classificando-os como “transmatemática”. No documento, afirmam que os dados são exagerados e imprecisos. O perfil também se dedica a divulgar casos em que alega haver “perseguições” e “ameaças” contra mulheres cis que respondem, judicialmente ou não, por atitudes transfóbicas. Nos casos com processos judiciais em andamento, a MATRIA promove vaquinhas online para custear as despesas jurídicas.

Páginas internacionais também compõem esse complexo tecido de perfis e campanhas digitais, como a campanha “*United Women for Women’s Rights*” (Mulheres Unidas pelos Direitos das Mulheres), liderada pelo perfil homônimo, que questiona a Organização das Nações Unidas Mulheres pela declaração “Comunidades LGBTQI e a resistência anti-direitos”. A partir dessa declaração, afirmam que a organização teria acusado “as mulheres de propagarem discurso de ódio” e reforçam: “A ONU Mulheres não nos representa mais”. A MATRIA, o Movimento Infância Plena, a campanha No Corpo Certo e a *United Women for Women’s Rights* têm demonstrado como os ativismos antitrans e antigênero se articulam globalmente, reunindo tanto figuras que se identificam como “feministas

¹² “No corpo certo” é uma campanha em oposição ao “nascer no corpo errado”. Esse grupo se autointitula como “mães, pais, profissionais de saúde mental, de educação (...) preocupadas e preocupados com as intervenções da medicina transgênero em crianças, adolescentes e jovens”. Ver: <https://nocorpcerto.net/>

radicais”, quanto aquelas abertamente “antifeministas”, com o objetivo de contestar dados, direitos e tensionar politicamente organizações que apoiam os direitos LGBTI*.

O perfil de NB se destaca por seu prestígio, sendo considerado uma “fonte confiável de informações” dentro desse ecossistema, reunindo mais de 213 mil seguidores. Ela é uma das principais produtoras de conteúdo apoiados pelo Movimento Infância Plena e divulga a página em seu Instagram. Uma descrição mais aprofundada de sua trajetória acadêmica e seus discursos em torno da categoria “mulher” se justifica para demonstrar que a própria ciência pode ser utilizada como meio para negar certos fatos e, mais do que isso, para compreender como esses grupos antigênero definem suas próprias noções de ciência.

A influenciadora é brasileira, mestre em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutora em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, atualmente, reside em Londres, de onde compartilha informações internacionais traduzidas para o português, com o objetivo de “informar as pessoas”. Além do conteúdo digital no Instagram, ela mantém um canal no YouTube, oferece cursos e textos online e publicou em 2024 o livro *Corrupção da linguagem, corrupção do caráter: como o ativismo woke está destruindo o Ocidente*. Frequentemente, ela publica críticas a autores como Michel Foucault e Judith Butler, ao mesmo tempo em que divulga artigos biomédicos, como revisões sistemáticas e estudos epidemiológicos, que considera ser “a verdadeira ciência”. Ela não se declara feminista, nem de direita, mas se descreve como “uma cientista comprometida com a verdade”. Segundo ela, o conservadorismo de suas ideias vem da defesa da verdade e da ciência: “Como cientista, esse é o meu farol”, afirma. Em referência a Aldous Huxley, declara: “Fatos não deixam de existir porque foram ignorados”.

A ativista afirma que sua posição política é o centro, pois acredita no “estado de bem-estar social moderado, capitalismo, livre mercado, direitos de propriedade privada e liberdades individuais em um contexto de democracia liberal”. Para ela, sua posição política permanece a mesma, o centro, no entanto, “a régua mudou”: “Eu fui empurrada para uma 'percepção' de direita que não condiz com a minha posição política”. Ela menciona JK Rowling¹³, que, segundo ela, sempre teve uma posição política mais à esquerda e hoje é categorizada como de direita, porque a “medida mudou”. Ela atribui essa mudança ao fato de que a “esquerda identitária roubou a posição da esquerda de verdade”.

No dia 22 de fevereiro de 2025, a pesquisadora compartilhou nos *stories* uma imagem (Figura 1) com a sentença: “Não existe mulher trans. O que existe são homens, que por motivos variados, querem se apresentar como mulheres”. Ao reduzir essa discussão aos órgãos genitais, considerados femininos, ela faz generalizações biológicas sobre o que constituiria o ser mulher. Para ela, mulheres, independentemente de serem negras, brancas, asiáticas, magras ou gordas, possuem em comum o sistema reprodutor feminino; uma característica, em sua visão, que difere das mulheres trans, que teriam um sistema reprodutor masculino.

¹³ JK Rowling, autora do livro Harry Potter, em 2020 começou a falar abertamente sobre sexo e gênero e deixou claro que é a favor da transição de gênero para pessoas com disforia de gênero, mas tem divulgado uma série de estatísticas que afirmam que 60% a 90% dos indivíduos com disforia de gênero vão superar a sua disforia. É perceptível as alianças internacionais que esses movimentos contrários à “ideologia de gênero” articulam, afinal, a ativista e o Movimento Infância Plena utilizam as mesmas estatísticas.

Figura 1 – Story de NB em 22 de Fevereiro de 2025



Ao analisarmos seus *stories*, uma pequena *hashtag* no canto superior esquerdo da imagem faz referência a Hazel Appleyard. Essa *hashtag* conecta a imagem a um perfil no Instagram e no X (antigo Twitter), com a seguinte biografia: “Patriota britânica; mulher com autismo armado; eu não sou de extrema direita; estou sempre certa. Assine por US\$ 1”. A capa desse perfil exibe a imagem de Donald Trump no meio de diversas meninas, todas brancas e jovens. De maneira semelhante, esse perfil também compartilha conteúdos monetizados relacionados ao gênero e a pessoas trans, frequentemente publicando no X e no Instagram mensagens ofensivas direcionadas a pessoas transgênero. Isso evidencia as complexas dinâmicas geopolíticas e a amplitude dessas ofensivas antigênero (BUTLER, 2024).

Desde essa publicação, todos os perfis mapeados vinculados ao Movimento Infância Plena divulgaram a mesma imagem nos *stories*, sempre com a acusação: “não existe mulher trans”. No mesmo dia, a influenciadora fez a seguinte declaração nos seus *stories*:

Há nesse momento um monte de pessoas nos Estados Unidos reclamando que seus documentos estão vindo com sexo incorreto em virtude da nova ordem executiva de Donald Trump falando que só existem dois sexos e que você não pode mudar de sexo. A conversa é sempre a mesma em torno de muita manipulação, com frases como “eu existo, continuarei existindo”, porque é isso que esse movimento faz, usa sentimentos como empatia, cuidado, consideração como arma política e tenta convencer as pessoas em torno disso.

Ela faz referência à ordem executiva de Donald Trump antes citada. Nesse mesmo dia, a mesma fez diversos apontamentos sobre Hunter Schafer, atriz que recebeu seu passaporte com o gênero masculino, em vez de feminino, sendo uma mulher trans. Em ataques a Schafer, ela, de maneira sarcástica, diz: “Esse homem está revoltado porque seu passaporte agora declara seu sexo biológico” e a acusa de ser uma “vítima pilantra”. Em adição, afirma:

Eu acho que essas pessoas obviamente têm o direito de existir, elas só não têm o direito de forçar as outras pessoas a acreditarem que elas são o que elas não são. Ninguém muda de sexo. Então, nesse sentido, elas podem continuar existindo, o que elas

não podem é fingir que são de um sexo que elas não são (...) vocês não podem forçar outras pessoas a aderirem o seu sistema de crenças sobrenaturais de gênero (...) era aquele ponto no qual ninguém se importava, porque legalmente não havia a obrigação de reconhecer essas pessoas pelo sexo que elas não são. Elas viviam suas vidas e ninguém se importava. Foi quando elas começaram a invadir as estruturas legais do outro sexo, do lado oposto, que isso virou um problema.

Em uma tática de inversão (CESARINO, 2019), minorias gênero-dissidentes passam a ser consideradas opressoras. Ela frequentemente nomeia pessoas transgênero como integrantes de um “transumanismo” que, segundo ela, pretende destruir a sociedade e a conexão humana, a partir de um projeto de “depopulação”. A ativista traça uma divisão antagônica entre amigo e inimigo, fatos e mentiras, ciência e militância. A forma caleidoscópica (KALIL, 2018) de seus conteúdos, cujos múltiplos pedaços não são necessariamente coerentes entre si e que mesclam pânico morais de gênero, teorias sobre o fim do mundo e pautas conspiratórias de uma elite misteriosa, se entrelaçam. Essas múltiplas junções, de múltiplos medos, permitem conexões parciais que aglutinam diversas públicos e apoiadores que, facilitado pelas mídias, se encontram a partir de afinidades parciais (CESARINO, 2019). Não raramente, seus seguidores comentam: “*Todo vídeo seu é uma explosão na minha mente. Aprendo TANTO com você*”; “*Desculpa te falar, mas seus conteúdos são incríveis, eu viro cada vez mais fã da senhora*”.

Na biografia desta mulher e nos materiais compartilhados percebemos arranjos neoliberais que deslegitimam consensos científicos e conquistas políticas (CESARINO, 2019). Essa oposição entre individualismo e coletivismo, eixo estruturante da gramática identitária conservadora neoliberal emergente, sinaliza alianças entre o setor neoliberal e conservador que fizeram Bolsonaro e outros políticos da extrema direita ganharem notoriedade e hegemonia. No entanto, essas mobilizações também escapam das esferas políticas e ganham notoriedade no ambiente digital, espaços onde as pessoas buscam se informar e se educar. Sob os moldes da Brasil Paralelo¹⁴, ela divulga conteúdos e vende cursos em prol de diversos revisionismos históricos e descredibilização de políticas públicas, atacando inclusive pautas climáticas. Na ocasião de deliberação da Suprema Corte do Reino Unido (abril 2025), ela celebrou com uma *live* o fato de “a definição legal de ‘mulher’ volta[r] ao normal NO REINO UNIDO”.

Entre negações e afirmações para construção do que seria fato ou ficção, neutro ou parcial, o website do Movimento Infância Plena descreve, em sua página inicial, uma argumentação de que o protocolo indicado no DSM-5 sobre disforia de gênero seria “negacionista” no sentido de que ao estabelecer qualquer reconhecimento de uma criança a gênero diferente daquele atribuído no nascimento, ainda que patologizante, negaria a materialidade do sexo (MOVIMENTO INFÂNCIA PLENA, 2023). De acordo com o site: “o protocolo ‘afirmativo de gênero’ é um protocolo negacionista: se traduz em um protocolo que nega a realidade sexual de meninas e meninos”. A essa específica dinâmica de dupla torção, Letícia Cesarino (2022) deu o nome de mimese inversa explicitando um artifício discursivo comum nos perfis analisados de grupos da extrema direita nas mídias sociais que se baseia na ruptura, na inimizade e na distinção entre um “eu” e um “outro”. Tal artifício também foi identificado por Castro (2025) em sua pesquisa sobre o “tratamento precoce” para COVID-19, sinalizando a dimensão produtiva dos negacionismos.

¹⁴ Em 11 de fevereiro de 2025, a influenciadora foi convidada a falar sobre “ideologia de gênero” no podcast do canal. O vídeo teve mais de 130 mil visualizações e no Instagram uma grande comoção com centenas de compartilhamento de outras pessoas repostados por ela. Desde então, ela celebra a expansão de seu perfil. O vídeo está disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ovRYFmKrrMM>

Negacionismos de gênero, ciência e contrarrevolução nos ativismos digitais antigênero

Pensar que a materialidade do sexo biológico tem tanta ênfase entre feministas transexcludentes em aliança com a extrema direita, e até mesmo na própria direita, nos permite traçar fios e pontos historicamente relacionados ao binarismo e às formas de opressão que ele perpetuou. O ideal do sexo dimórfico tem sido atribuído à herança colonial, quando as “potências coloniais impuseram normas de gênero aos corpos negros, naturalizando e idealizando normas heteronormativas brancas e (principalmente) europeias” (BUTLER, 2024: 221). Aliás, o próprio processo de patologização do gênero e das sexualidades não heterossexuais são produtos dos binarismos entre patologia e normalidade. Como nos lembra Riley Snorton (2017), em sua pesquisa sobre técnicas ginecológicas que registram o dimorfismo que conhecemos hoje, o próprio arcabouço científico que define a biologia da mulher cis na sociedade contemporânea nasceu de procedimentos invasivos, não anestesiados, realizados em mulheres cis negras. A carne, o corpo e sua materialidade não são instâncias inocentes, mas participam de processos raciais, econômicos e coloniais de construção. Afinal, como nos lembra Butler (2024: 226), o gênero só nasce com a branquitude. Fora da branquitude, “os corpos tornam-se carnes indiferenciadas e desprovidos de gênero, propriedade potencial, cujo valor de mercado será destinado na chegada ao porto, no leilão, para os corpos que sobreviverem à travessia”.

Nesse sentido, Lugones (2020), em contraponto a Quijano, relembra que foi a partir do encontro colonial que as relações normativas de gênero, como a heterossexualidade hegemônica, o idealismo dimórfico e a família patriarcal, surgiram. Lugones (2020) sinaliza que o dimorfismo baseado em pressupostos biológicos faz parte do conjunto de associações da dinâmica colonial e da imposição do sistema patriarcal heterossexual. Por sua vez, Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021: 20) destaca que a ideia da mulher a partir do determinismo biológico faz parte da “somatocentralidade do pensamento ocidental”. Ela nomeia de *bio-lógica* esse enquadramento ocidental de definir as categorias sociais ocidentais a partir de uma ideologia do determinismo biológico. Sua problematização central parte da noção de que muitas pesquisas realizadas fora do contexto ocidental, como no caso nas sociedades africanas, extrapolam essas categorias norteadas pelo biológico para outras culturas. Nessas sociedades não ocidentais, a presença ou ausência de certos órgãos não determina a posição social de sujeitos. Oyèwùmí (2021: 28) nos apresenta outros prismas de sociabilidades em que a categoria mulher não é essencialista e universal, tampouco caracterizada pela uniformidade dos membros.

Retomando a materialidade do sexo feminino e as ofensivas antigênero vinculadas aos “fatos científicos” tidos como estritamente biológicos, que estariam, teoricamente, apartados do gênero - este, socialmente construído e, portanto, falsificado (BUTLER, 2024) - o que subjaz nessas concepções científicas de NB e de outros perfis do Instagram é o conflito entre natureza e cultura. Trata-se da construção de um corpo, ou de um sexo, sem história, sem marcadores sociais, um corpo sem vida, meramente anatômico. O que esses movimentos têm feito é lançar um alerta contra a ciência em nome da ciência (BUTLER, 2024), pois reivindicam a verdade para si por meio de artifícios biologizantes, estatísticos e biomédicos.

Desde os primórdios de disciplinas científicas como a biologia e a medicina, a biologização e a medicalização racial e de gênero produziram saberes sobre as diferenciações “naturais”, engendrando assim atribuições comportamentais, morais e sociais aos sujeitos. (PINHO e SANSONE, 2008; SCHWARCZ, 1993; ROHDEN, 2001). Na contramão de contribuições derivadas de uma produção científica inevitavelmente situada, localizada e política, cujos efeitos são também sócio-políticos, observamos uma ascensão de produções científicas preocupadas em reafirmar a imutabilidade do gênero. Se, por um lado, a ciência já tem avançado na premissa de que os fatos biológicos estão intrinsecamente ligados aos fatos sociais, esses movimentos, na verdade, militam por uma outra ciência sobremaneira pura (DUARTE e BENETTI, 2022). Não se trata de uma disputa entre ciência e ideologia, mas da disputa pelo governo dos corpos, pela supremacia da designação do gênero, outrora outorgada pela família nuclear, pelo homem branco e pela Igreja.

Retomar uma narrativa estritamente biológica, superada pela própria ciência, é assumir uma imagem transcendental desta (DUARTE e BENETTI, 2022) para criticar as dinâmicas políticas e as notórias conquistas de direitos de pessoas gênero-dissidentes. O que está em jogo, portanto, é o estatuto da verdade na sociedade moderna, o que ela produz, aquilo que ela constrói e também o que se pode destruir a partir dela (FOUCAULT, 2008). Negar o gênero nessa disputa não representa uma substituição da ciência no lugar da portadora da verdade, mas sim a sua PURIFICAÇÃO (DUARTE e BENETTI, 2022). Como nos lembra Costa (2021: 307), as negações só podem “ter sucesso se explorarem a imagem de uma ciência desinteressada que deve ser protegida das deturpações decorrentes da ignorância e de interesses mesquinhos”.

Preciado (2023a) considera os negacionismos como a nova epistemologia da contrarrevolução. Para ele, a negação do gênero faz parte de uma ecologia política incapaz de fazer uma crítica transversal dos diferentes regimes de poder que imperam na sociedade contemporânea, sempre aglutinando dinâmicas heteropatriarcais e raciais. O autor afirma que negar é desconsiderar a história política dos corpos, transformando gênero e sexualidade em variáveis simplesmente biológicas. Para Preciado (2023a), os “negacionistas do gênero” negam a dimensão cultural e politicamente construída das diferenças de gênero, sexo e sexualidade, assim como a relação estrutural da opressão de gênero e sexualidade como um regime reprodutivo heteropatriarcal.

Podemos afirmar que, se o gênero é visto como falsificado, ou fabricado, uma ficção, a imutabilidade do sexo biológico, na verdade, também não passa de uma ficção somatopolítica. Ela se tornou uma realidade apenas a partir dos sistemas de poder e da repetição dos discursos. O que esses ativismos antigênero chamam de mentira, ilusão ou “crenças sobrenaturais de gênero” são, na verdade, “os velhos pedaços de metal que começamos agora a identificar como moedas gastas, enquanto pactuamos uma nova estampa, enquanto cunhamos outra ficção política que nos permita mudar de realidade” (PRECIADO, 2023a: 205). Como afirma Preciado:

Não estamos numa batalha épica entre a “ficção” e a “realidade”, mas no meio de uma turbulenta mudança de regime de verdade, onde são os próprios procedimentos que servem para estabelecer as diferenças entre verdadeiro e falso que estão sendo transformados (...) Uma mudança de paradigma, portanto, não é uma passagem ordenada de uma verdade a outra ou a escolha entre uma ficção ridícula e uma verdade empírica, mas antes um carnaval de ficções que competem para se apresentar como as novas verdades. (PRECIADO, 2023a: 205-6)

O estatuto de poder da verdade está em disputa. Negar a existência de mulheres trans veiculando narrativas biologizantes é uma reação desesperada, individual e coletiva, de certas descobertas científicas e determinados consensos morais considerados indigestos para alguns grupos que passam a ser desautorizados a manterem suas convicções e atitudes. Tais descrições de corpo e de “mulher”, e suas “materialidades feministas” reivindicadas por esses ativismos antigênero em espaços digitais estão impregnadas daquilo que é cultura. Há um trabalho coletivo, social e humano para sustentar essa natureza “feminina”.

O que esses movimentos congregam é um desejo impetuoso por uma verdade neutra, estabilizada e universalizante, baseada em padrões morais, cisnormativos e heteropatriarcais. Nessa arena, o Instagram e todos os atores, humanos e não humanos reunidos, representam um lugar onde as mais variadas pedagogias políticas se encontram, servindo de espaço para a formação e obliteração de diversos enunciados e lideranças que estão disputando não só o controle e a normatividade dos corpos, mas o engajamento e inserção política, bem como o próprio estatuto da ciência na sociedade contemporânea (TEIXEIRA e BARBOSA, 2022). Ao problematizarmos os fatos que esses movimentos negam ou afirmam (SACRAMENTO, FALCÃO e MONARI, 2024), identificamos uma ampla constelação de disputas e um esforço de reconhecimento na arena pública a partir da categoria “mulher”. As redes sociais se constituem como espaços privilegiados para a coletivização desses enunciados.

Considerações finais

Neste artigo, resumimos estratégias de ativismos antigênero no Brasil em espaços digitais. Identificamos o uso de “fatos científicos” apresentados como neutros e desvinculados da cultura, utilizados como forma de legitimação dessas estratégias políticas. Mostramos que um conjunto de perfis, vinculados a ações nacionais e internacionais, articula-se a partir da noção de um “sexo imutável”.

Observamos uma estratégia dos negacionistas de gênero que não é a negação direta da ciência, mas a apropriação de seus próprios artifícios para disputar a verdade e, conseqüentemente, a arena política, a partir de uma perspectiva cisheteronormativa, fundamentada na noção de família heterossexual e imbricada em narrativas cristãs sobre gênero e sexualidades. Concluímos, portanto, que a negação de certos fatos (como o gênero) ou a defesa exacerbada de outros (sexo como ordem da natureza) possui uma dimensão produtiva. Nesse contexto, a hierarquização do gênero como inferior ao sexo não se constitui apenas como uma negação, mas como a reprodução de um ideal de indivíduo regulado pela cisheteronormatividade (BUTLER, 2019).

Para futuras análises sobre os ativismos antigênero e antitrans, consideramos três pontos fundamentais que merecem maior desenvolvimento: (a) as estratégias de (re)patologização das dissidências de gênero, especialmente por meio da comparação entre os processos de transição de gênero e práticas como lobotomia, mutilação e automutilação, bem como pelo uso de termos com sufixo “ismo”, como “transgenerismo”; (b) as interpretações sobre a “proteção da infância”, baseadas em insinuações de que a transição de gênero seria de interesse de pedófilos – especialmente diante das acusações relacionadas ao uso de “bloqueadores de puberdade”; (c) o protagonismo de mulheres cis em alianças táticas entre feministas radicais transexcludentes e antifeministas, que se manifestam em ativismos antitrans e parecem reconhecer a homossexualidade como uma concessão

excepcional diante da transgeneridade. Essas mulheres afirmam que crianças e adolescentes trans seriam, posteriormente, “apenas” homossexuais.

Recebido em 30 de abril de 2025.

Aprovado em 22 de agosto de 2025.

Referências

ALMEIDA, Rafael Antunes. “Eles nos dizem tudo o que estão fazendo”: ciência e conspiração nos discursos terraplanistas. *Anuário Antropológico*, 48 (2): 102-22, 2023.

BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva. *Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2024.

BUTLER, Judith. Ideologia Anti-Gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, 2 (36): 219–235, 2019.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Rosana. Facts from a redemptive future: denial and future anterior politics during the COVID-19 pandemic in Brazil. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, 7 (1): 2408701, 2024.

CASTRO, Rosana. The Fact Is Yet to come. *Society for Cultural Anthropology* (site da Internet), 11 de fevereiro de 2025.

CESARINO, Letícia. Antropologia digital não é etnografia: explicação cibernética e transdisciplinaridade. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 21 (2): 304-15, 2021.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, 62 (3): 530-57, 2019.

COCHRANE, Suprema Corte do Reino Unido decide que definição legal de mulher é baseada no sexo biológico. *BBC Brasil*, 21 abr. 2025.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. London/New York: Routledge, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). *Resolução CFM 2.427/2025*, de 8 de Abril de 2025: Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências. 2025.

CORRÊA, Sonia; RODRIGUES, Carla. Apresentando Terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas. *Cadernos Pagu*, (68): e236801, 2023.

COSTA, Alyne de Castro. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. *Principia*, 25 (2): 305-34, 2021.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. *Sociologias*, 24 (60): 98-138, 2022.

DUARTE, Daniel; Benetti, Pedro; ALVAREZ, Marcos César. A “war on science?” Far-right movements and the disputes over epistemic authority in Brazil. *Ta-puya: Latin American Science, Technology and Society*, 7 (1): 2325308, 2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Anna L. Di. Analisando os discursos da extrema direita brasileira na plataforma Telegram. *e-cadernos CES*, 40, 2023.

GARBAJAL, Mariana. O mundo em mudança: conversas sobre questões pendentes e emergentes. Debate 1: Feminismos essencialistas: um desafio para a luta anti-patriarcal. Relatoria PT, 2023.

HATZIKIDI, Katerina. The ambiguous other. Engaging with far right and other uncomfortable subjectivities. *Vibrant*, 21: e211010, 2025.

KALIL, Isabela Oliveira. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. *Carta Capital*, 2018.

LEAVER, Tama; HIGHFIELD, Tim; ABIDIN, Crystal. *Instagram: visual social media cultures*. Cambridge/Medford: Polity, 2020.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 58-91.

LYNCH, Michael. We Have Never Been Anti-Science: Reflections on Science Wars and Post-Truth. *Engaging Science, Technology, and Society*, 6: 49-57, 2020.

LOPES, Luis Phillipe Nagem; BRANDÃO, Elaine Reis. Práticas de governança de corpos infantis mediadas pela ciência: notas etnográficas sobre a (des)proteção à infância. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 40 (1), e22211, 2024.

MOVIMENTO INFÂNCIA PLENA. Movimento infância plena: pela proteção integral de crianças e adolescentes. Página inicial: Carta às brasileiras e brasileiros, 2025.

MULHERES ASSOCIADAS, MÃES E TRABALHADORAS DO BRASIL (MATRIA). Falsas afirmações sobre a população autodeclarada trans no Brasil. 2024.

NATIONAL ARCHIVES. Defending women from gender ideology extremism and restoring biological truth to the federal government. 2025.

OYEWUMI, Oyérònké. *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARREIRAS, Carolina. Etnografia e uso de plataformas digitais: Aprendendo com o WhatsApp. *Novos Debates*, 10 (1), 2024.

PELÚCIO, Larissa; IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Mariah Rafaela. Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica: reinvenções (trans)feministas interseccionais. *Revista Estudos Feministas*, 33 (1): e104289, 2025.

PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023a.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023b.

RIBEIRO, Stephanie. Etnografando stories: experimentações sociotécnicas nas mídias digitais. *Horizontes Antropológicos*, 30 (68), 2024.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SACRAMENTO, Igor; FALCÃO, Hully; MONARI, Ana Carolina. Entrando no campo da desinformação: emoções conflitantes e os limites da relativização. *Saúde e Sociedade*, 32: e230456, 2024.

SAN MARTÍN, Felipe Rivas. Perfis queer e pós-vigilância. *Revista Estudos Feministas*, 33 (1): e104260, 2025.

SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Mariah Rafaela. Orbitando telas: Tecnopolíticas de segurança, o paradigma smart e o vigilantismo de gênero em tempos de acumulação de dados. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 18 (31): 201-12, 2022.

SNORTON, C. Riley. *Black on both sides: a racial history of trans identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

WENDLING, Mike; EPSTEIN, Kayla. Trump makes 'two sexes' official and scraps DEI policies. *BBC*, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

VOLUME 13
NÚMERO 32
(MAIO/AGO. 2026)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE MARÇO
DE 2026

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

MASCULINIDADES, CURSO
DE VIDA E CUIDADO

COORDENADORXS:

DR. ESMAEL ALVES DE OLIVEIRA (UFGD)

DR. MARCOS NASCIMENTO (FIOCRUZ)

DR. CAMILO BRAZ (UFG)

A presente proposta de dossiê temático busca congrega pesquisas e reflexões voltadas a pensar e analisar a interseção entre as construções de masculinidade(s), o curso de vida e as práticas de cuidado – incluindo o autocuidado, o cuidado em saúde e o cuidado com outros (como, por exemplo, a parentalidade). Nos interessam contribuições que busquem compreender, a partir de diversas perspectivas teóricas e metodológicas em diálogo com a antropologia e/ou com a etnografia, como repertórios simbólicos sobre masculinidade impactam a forma como homens concebem e praticam o cuidado ao longo de diferentes momentos de suas vidas. No âmbito dos estudos de gênero, observa-se uma tendência de associação da masculinidade com traços de dominação, autoridade e distanciamento emocional. Autoras como Elisabeth Badinter e Helena Hirata problematizam o quanto as normas tradicionais de gênero frequentemente estabelecem que o papel do homem esteja mais voltado para o sustento econômico e a proteção, enquanto o cuidado tem sido predominantemente atribuído às mulheres. Essa divisão contribui para a construção social de masculinidades baseada numa suposta independência e invulnerabilidade e na limitação de expressões afetivas e emocionais. Assim, se no âmbito do curso de vida, as masculinidades são influenciadas por transições e marcos prolongados, como infância, adolescência, idade adulta e velhice, desde uma perspectiva antropológica, o desafio que se apresenta é o de se levar em consideração o modo como as representações históricas e culturais da masculinidade influenciam os modos como homens se envolvem em práticas de autocuidado e de cuidado com/de outros/as. Aqui nem masculinidades, nem cuidado são categorias ontológicas, antes são compreendidas como resultantes de práticas históricas e socioculturais constituídas e atravessadas por valores, significados e normas que precisam ser situadas a partir dos marcadores sociais de diferença. Deste modo, em nossa proposta, tanto masculinidade quanto cuidado e curso de vida emergem como categorias centrais e em articulação, considerando que os modos como homens cuidam de si mesmos, de suas famílias e de suas comunidades estão intrinsecamente relacionados com modelos de masculinidade, marcadores geracionais e outras categorias de pertencimento tais como orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe, entre outros. Portanto, serão bem-vindas contribuições que tenham como foco central de análise a interseção entre masculinidades e práticas de cuidado; masculinidades, cuidado e emoções; masculinidades, curso de vida e cuidado; masculinidades e saúde; masculinidades, cuidado e interseccionalidade.